

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Bianca Liebl

**Os Limites e Potencialidades na Educação Especial na Escola  
Municipal de Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski**

Florianópolis  
2020

Bianca Liebl

**Os Limites e Potencialidades na Educação Especial na Escola  
Municipal de Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador: Dr. Sílvio Domingos Mendes da Silva

Florianópolis

2020

### Ficha de identificação da obra

Liebl, Bianca

Os limites e potencialidades na educação especial na Escola Municipal de Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski / Bianca Liebl; orientador, Sílvio Domingos Mendes da Silva, 2020.  
57 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação)-

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Educação do Campo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências

1. Educação do Campo. 2. Limites e potencialidades 3. Educação Especial I. Silva. Sílvio Domingos Mendes. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Graduação em Educação do Campo. III. Título.

Bianca Liebl

**Os Limites e Potencialidades na Educação Especial na Escola Municipal de  
Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Florianópolis, 31 de janeiro de 2020.

---

Prof. Adriana Angelita da Conceição, Dr.  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Sílvio Domingos Mendes da Silva, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Danilo Piccoli Neto, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Daniele Hehling Lopes, Ms.  
Avaliadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este trabalho a todos que de algum modo me ajudaram a chegar até aqui. Primeiramente a Deus, a minha família por sempre me apoiar e me incentivar nos estudos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Sílvio Domingos Mendes da Silva que me ajudou a desenvolver este trabalho mesmo tendo dificuldades, sempre procurou fazer o que era melhor para que conseguíssemos finalizar este trabalho.

A minha escola de observação, E.M.E.B Professora Selma Teixeira Graboski, por ter disponibilizado a escola para que fosse possível fazer as observações. Agradecer a diretora da mesma e a professora responsável pela sala de Atendimento Educacional Especializado, por ter cedido seu tempo e espaço para auxiliar nas observações.

E aos meus amigos que me ajudaram em algum momento, na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

## RESUMO

Compreendemos que a Educação Especial vem recebendo ao longo dos anos uma nova concepção, no qual está vinculada à lutas pelo reconhecimento de pessoas com algum tipo de deficiência seja ela, física, motora, sensorial ou intelectual, buscando também a garantia de seus direitos. Este trabalho teve como temática os limites e potencialidades dos estudantes com deficiência, com foco na parte estrutural da escola, observada e também na sala de Atendimento Educacional Especializado. A partir da acessibilidade da mesma e dos equipamentos existentes na sala. Este trabalho tem como objetivo geral observar se os equipamentos de acessibilidade dos estudantes estão ajudando a potencializar o seu cotidiano escolar. Os objetivos específicos dar-se-ão em analisar qual a estrutura existente na escola na perspectiva de acessibilidade, analisar qual são os materiais presentes na sala de Atendimento Educacional Especializado e como esses equipamentos influenciam na vida do estudante. Para a metodologia buscou-se entender um pouco mais a fundo sobre a educação especial, valendo-se de sua história, junto com leis, decretos e portarias que falam sobre este tema. Para finalizar este trabalho fazemos um apanhado geral sobre tudo que foi trabalhado nos capítulos anteriores.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Acessibilidade; Atendimento Educacional Especializado.

## **ABSTRACT**

We understand that Special Education has been receiving a new conception over the years. In which it is linked to struggles for the recognition of people with any type of disability whether physical, motor, sensory or intellectual, also seeking to guarantee their rights. This work had as its theme the limits and potentialities of students with disabilities, focusing on the structural part of the school observed and also in the Specialized Educational room. From the accessibility of it and the existing equipment in the room. This work aims to observe if student accessibility equipment is helping to enhance their daily life. The specific objectives will be to analyze what is the existing structure in the school from the perspective of accessibility, to analyze what are the materials present in the Specialized Educational Care room and how these equipments influence the student's life. For the methodology we will try to understand a little more about special education, searching its history, along with laws, decrees and ordinances that talk more about this theme. To finish this work we will make an overview of everything that was worked in the previous chapters.

**Keywords:** Special Education; Accessibility; Specialized Educational Service.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mostra a rampa que dá acesso à escola.....	26
Figura 2-Rampa de acesso para dentro da escola.....	26
Figura 3-A imagem mostra a escada para ter acesso ao segundo andar, onde estão outras duas salas de aula.....	27
Figura 4-Mostra as rampas de acesso para a sala de aula.....	28
Figura 5-Mostra a rampa de acesso para a sala de informática.....	28
Figura 6-Está figura mostra as duas rampas de acesso para a sala de AEE.....	29
Figura 7-Mostra o banheiro para as pessoas com deficiência física.....	30
Figura 8-Mostra o pátio da escola, na qual o aluno cadeirante não consegue passar.....	31
Figura 9-Trata de um aramado, utilizado para a coordenação motora do estudante.....	34
Figura 10-Placa de elevação utilizada por estudantes com baixa visão.....	34
Figura 11-Papel na cor amarela, facilitando a visualização de estudantes que têm a síndrome de Irlen.....	35

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis decretos ou portarias da deficiência.....	18
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Mostra o que tem na estrutura da escola com suas respectivas quantidades.....	25
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

AVDS - Atividades Vivas Diárias

BV - Baixa Visão

CNE - Conselho Nacional de Educação

DI - Deficiência Intelectual

DF - Deficiência Física

IE - Instituição Especializada

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

PA - Paralisia Auditiva

PPP - Projeto Político Pedagógico

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade de Santa Catarina

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.2	OBJETIVOS.....	3
1.2.1	Objetivo Geral.....	3
1.2.2	Objetivos Específicos.....	4
	CAPÍTULO I .....	5
	EDUCAÇÃO ESPECIAL: VOZ E VEZ DOS ABNEGADOS.....	5
2	História da Educação Especial.....	8
2.1	Abordagens Conceituais Sobre Educação Especial.....	9
2.2	Conceitos Básicos sobre os Tipos de Deficiências Encontradas no <i>Locus</i> da Pesquisa.....	13
2.3	Sala de Atendimento Educacional Especializado.....	16
2.4	Legislação - Um Quadro Histórico da Evolução da Legislação Brasileira.....	18
2.5	Avanços das Políticas Públicas.....	21
	CAPÍTULO II.....	24
	OS DEFICIENTES E O AMBIENTE ESCOLAR.....	24
3	Descrição da escola, dando enfoque à parte estrutural.....	24
3.1	Análise da Sala de AEE da Escola.....	32
3.2	As diferentes relações existentes na escola.....	37
4	Considerações finais.....	39
5	Referências.....	41

## APRESENTAÇÃO E MOTIVAÇÃO DA AUTORA

Chamo-me Bianca Liebl, tenho 21 anos, nasci e me criei no município de Rio Negrinho, localizada no Planalto Norte de Santa Catarina. A cidade possui cerca de 42.000 habitantes, sendo que boa parte da cidade é área rural. Estudei no ensino fundamental e no ensino médio em escolas estaduais, sendo na qual conclui os estudos em 2015. Após finalizar o ensino médio ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, para fazer o curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Em 2018 pude ter a experiência de ministrar aula em uma escola do município de São Bento do Sul (município vizinho de Rio Negrinho), sendo na qual ministrei aulas de matemática.

A escolha desse tema se deu pelo fato da minha experiência como docente, na qual eu tinha alunos com deficiências distintas como: lisencefalia, baixa visão, surda-muda, transtorno e déficit de atenção. Os alunos com lisencefalia e surda-muda, tinham um segundo professor para lhe auxiliar durante as aulas; o estudante com baixa visão e os demais não tinha um professor acompanhando.

Eu tinha que ir atrás de materiais, buscando maneiras para conseguir ensinar o conteúdo. Sendo que para o aluno com baixa visão eu levava para ele o conteúdo impresso em uma fonte maior para que ele também tivesse o conteúdo e exercícios em seu caderno.

E foi assim que eu me interessei em conhecer mais sobre esse universo, pois como futura docente encontrarei muitos alunos com deficiência, sendo que também encontrei muitas dificuldades para conseguir trabalhar com os alunos, então acredito que por meio deste eu vou poder conhecer um pouco mais sobre a deficiência, conhecendo também os diversos materiais existentes para se trabalhar com os alunos.

Para chegar ao tema do trabalho “Limites e Potencialidades na Escola Municipal de Ensino Médio Professora Selma Teixeira Graboski”, refleti a partir da minha vivência ao longo do curso e também minhas experiências seja em estágio, seja como professora, e até mesmo sobre os relatos dos demais colegas sobre suas

vivências como docentes. Foi então, a partir desses pontos apresentados, que decidi fazer um trabalho seguindo essa linha de pensamento.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), iremos discutir sobre os equipamentos e acessibilidade que estão presentes em uma das escolas do município de Rio Negrinho - SC.

Nosso foco dessa atividade dar-se-á na observação da parte de acessibilidade da escola, como por exemplo, perceber se a mesma possui equipamentos necessários, como rampas de acesso para cadeirantes, na sala de Atendimento Educacional Especializado se os materiais presentes na sala auxiliam o estudante na questão de autonomia, tanto dentro quanto fora da escola. Para além da simples observação, faremos ainda uma análise desses equipamentos e se eles atendem, dentro das normas vigentes, ao mínimo necessário para o bom funcionamento e adequação do cotidiano dos estudantes deficientes da escola.

Para tanto, faz-se obrigatório uma escola com uma estrutura própria, que atenda às necessidades de cada estudante com deficiência. Para isso a escola precisa estar adaptada e adequada, sendo que os ambientes precisam estar adequados para que os alunos, dependendo de cada especificidade, sintam-se confortavelmente acolhidos, pois em uma mesma unidade de ensino podem existir estudantes que necessitam de cadeira de rodas para se movimentarem de um local para outro, outros com baixa visão ou até mesmo cegos e, principalmente, precisa-se de escola adequadas para que eles possam andar sem tantos problemas, sintam-se parte dela, devendo, portanto, a unidade escolar ser adaptada não somente na questão de materiais mas também na acessibilidade, sabendo reconhecer esses estudantes, respeitar as diversidades e especificidades de cada um.

Os professores encontram algumas dificuldades em conseguir trabalhar com alunos com algum tipo de deficiência em sala de aula. Estes podem não se sentirem preparados por não saber lidar com certas situações; por não terem contato mais direto com o estudante, pois em vias de regras tem um segundo professor.

Sobre esta questão Romero e Souza (2008) argumentam que:

“Quando falamos sobre Inclusão de Deficientes nas escolas regulares, é comum ouvirmos as queixas dos docentes, pois não se sentem preparados



para trabalhar com esse público, creditam que é necessário ter formação de especialista, enfim, tentam resistir ao acolhimento dos que antes ficavam segregados do ensino regular, tendo lugar apenas na educação especial.” (ROMERO e SOUZA. 2008. p.1)

Como bem argumentam os autores, é comum ouvir dos professores que não é fácil lidar com essas situações do cotidiano, contudo concordamos que na maioria das vezes falta formação específica para, no mínimo, entender com quem está lidando.

Algumas escolas possuem alunos que precisam de recursos mais acessíveis, como rampas de acesso para sua locomoção, e têm também os surdos, mudos (deficientes auditivos que diferente da comunidade surda podem utilizar aparelhos, ou conseguir fazer a linguagem labial), mas seria de bom tom ter um professor de libras para ajuda-los em sala de aula, e mesmo nos intervalos, para que pudessem interagir com os outros estudantes. Somado a essas necessidades, citamos outros ambientes como em sala de vídeos, em que a presença de um profissional específico é fundamental.

Adequar a escola para esses alunos, é uma necessidade, como citamos anteriormente, para que os estudantes se sintam à vontade, pois grande em parte do tempo eles precisam estar frequentando este ambiente. É preciso, pois, que os docentes trabalhem juntos, primeiro e segundo professor, técnicos e direção, pais e toda comunidade escolar, para o processo de inclusão venha facilitar o entendimento do aluno com deficiência.

Para além da estrutura física e da preparação dos profissionais na lida com os deficientes, chamamos a atenção para o campo legal, onde faz-se necessário um arcabouço de legislação que supra com todas as demandas no processo de inclusão do estudante deficiente no ambiente escolar. Neste item podemos apontar, sem qualquer pretensão de dialogar com o tema, que o Brasil possui essa estrutura, porém nem sempre é cumprido o que nela contém.

Diante do exposto, gostaríamos de responder a seguinte questão de pesquisa: De que forma os equipamentos de acessibilidade podem potencializar no processo de inclusão dos estudantes com deficiência, na Escola Municipal de Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski?

Primeiramente entendemos que os equipamentos são de grande importância para o atendimento desse público específico. A sua função é clara e evidente de auxiliar os alunos com deficiência para que os mesmos possam usufruir de meios que visem a equidade. Nossa hipótese vai ao sentido de que quando existente e bem utilizado os equipamentos potencializam, não somente nas questões técnicas, mas também no processo de ensino-aprendizagem e principalmente no de inclusão.

Este trabalho está dividido em três partes (capítulos) além da introdução e considerações finais.

No capítulo I traremos à discussão e análise um pouco sobre a problemática da conceituação que abrange nosso tema de pesquisa. Nessa perspectiva, faremos um resumo sobre o histórico da educação especial, dando importância maior para o caso brasileiro. Será realizado um levantamento de materiais teóricos sobre educação especial, inclusão e enfatizando a legislação e políticas públicas. E também será feito um breve comentário sobre a sala de atendimento educacional especializado, dando um embasamento para o capítulo seguinte.

No capítulo II guiaremos o trabalho dando enfoque nas observações feitas na escola sobre a questão de acessibilidade, focando na parte da sua estrutura, trazendo para a discussão também fotos, para melhor colaborar com o texto. Traremos também as observações feitas sobre os materiais que auxiliam os estudantes no seu cotidiano escolar, ajudando-os não apenas dentro mas fora da escola.

E para finalizar no capítulo III vamos abordar um pouco sobre as relações existentes no ambiente escolar entre professor, aluno, segundo professor e a família.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Analisar a utilização dos equipamentos de acessibilidade aos estudantes disponíveis na Escola Municipal de Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski.

### **1.1.2 Objetivo Específico**

- Analisar a estrutura existente na escola na perspectiva da acessibilidade;
- Observar, descrevendo sumariamente, quais os materiais presentes na sala de Atendimento Educacional Especializado;
- Buscar entender como esses equipamentos potencializam a vida do estudante.

## CAPÍTULO I

### EDUCAÇÃO ESPECIAL: VOZ E VEZ DOS ABNEGADOS

Neste capítulo abordaremos aspectos mais conceituais sobre nosso tema de pesquisa. Traremos um apanhado sobre o histórico da educação especial, dando ênfase no caso brasileiro. Levantaremos materiais mais teóricos mais aprofundados sobre educação especial, enfatizando a legislação e políticas públicas.

#### 2 História da Educação Especial

A história nos mostra que a deficiência sempre existiu e somente com muita luta que as pessoas com deficiência tiveram seus direitos garantidos. A sociedade foi mudando a sua concepção sobre pessoa com deficiência ou a própria deficiência ao longo do tempo.

Antes mesmo de os deficientes terem seus direitos garantidos, eles passaram por muitas provações ao longo da história. Eram discriminados, não eram aceitos como pessoas normais, em muitos casos as crianças não tinham direito a frequentar a escola. Só depois de muito tempo com a luta dessas pessoas que a sociedade viu que os deficientes também tem direitos assim como os demais. Sobre esta demanda Miranda (2004), nos esclarece que:

“Inicialmente é evidenciada uma primeira fase. Marcada pela negligencia, na era pré-cristã, em que havia uma ausência total de atendimento. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais.” (MIRANDA, 2004. p.2)

Neste período (pré-cristianismo), ou seja, como nos mostra a autora uma pessoa sem nenhum tipo de deficiência, dita normal, poderia viver normalmente, sem sofrer perseguição, mas caso contrário, uma pessoa com deficiência, era

perseguida pelo fato de nascer deficiente ou por algo que aconteceu após o nascimento, sendo que está poderia ser até morta, com a maior normalidade, pois era considerado habitual na sociedade.

Após essa fase da era pré-cristã, veio uma nova fase em que a deficiência foi marcada pela etapa da institucionalização, na qual a sociedade acreditava que os deficientes deveriam ficar internados nas instituições. Conforme Miranda (2004, p. 2), “num outro estágio, nos séculos XVII a meados do século XIX, encontra-se a segunda fase da institucionalização, em que indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais”.

A autora nos mostra que é neste período que a institucionalização dos deficientes é oficializada e estes eram internados porque seus familiares decidiam o que iria acontecer com eles, sendo o mais comum o processo de internação em instituições. Romero e Souza (2008), complementam esta afirmação, chamando a atenção para a necessidade de os parentes terem que trabalhar.

“Os deficientes eram levados para hospitais psiquiátricos, eram tirados de circulação, pois, como as famílias, agora proprietárias de seus corpos e força e trabalho, precisavam trabalhar na industrialização nascente e não podiam mais cuidar dos considerados inválidos, havia que se buscar um lugar para eles.” (ROMERO, SOUZA, 2008, p.4)

Ou seja, para que esses familiares pudessem trabalhar o internato parecia ser a única solução, pois eles não conseguiam ficar em casa para cuidar dessas pessoas. A forma como os deficientes internados eram tratados, segundo relatos da autora, era desumanizadora. Como a industrialização era de interesse do governo, este era o responsável pela manutenção das pessoas com deficiência nos locais. Visto pelo dos governantes, não havia nenhuma vantagem em fornecer aos deficientes o mínimo da qualidade de vida necessária, pois eles eram considerados pelo governo como pessoas improdutivas.

As instituições tinham uma função específica que era, ao mesmo tempo proteger, e por outro lado ter o controle dos mesmos, já que eles também não poderiam trabalhar. Esta característica das instituições praticamente mantinha excluídas do mundo exterior todos os internados.

Assim, os deficientes eram colocados na sociedade como seres inferiores, e por isso precisavam ser colocados em instituições para terem os devidos cuidados.

Conforme destaca Miranda (2004), muitas instituições não tinham condições mínimas de cuidado para deixar essas pessoas, e ao mesmo tempo elas não poderiam deixar essas casas. Vale destacar que os deficientes ficavam nessas instituições pelo fato de ser o único tipo de residência ou por não ter apoio da família.

A fase seguinte que ocorreu no final do século XIX até meados do século XX, é conhecida como a fase de serviços. O objetivo das instituições era integrar essas pessoas na sociedade e a sua função muda. Nesta etapa da deficiência, essas instituições eram responsáveis por prepara as pessoas com deficiência para a sociedade. Segundo Romero e Souza (2008, p.4), “as instituições deixam de ser locais de confinamento e passam a ter a função de preparar o deficiente para o convívio em sociedade, preparando-os para o trabalho e desenvolvendo sua autossuficiência”

Ou seja, nessa fase a instituição não tinha o papel de isolamento, de depósito de pessoas, mas sim um local que iria ajudar os deficientes a se integrar na sociedade, prepara-lo para o convívio em sociedade. Contudo, nem mesmo o meio acadêmico via essa nova função como uma mudança de paradigma no meio social.

“Esse paradigma foi rapidamente questionado, pois tanto os acadêmicos como quanto os deficientes e familiares não viam possibilidade de um deficiente executar as atividades sociais tão bem quanto um “normal” e tão pouco concebiam a possibilidade de igualdade entre os homens ou de invalidade da diferença” (ROMERO, SOUZA, 2008. p.4)

Podemos notar na citação a cima, que as pessoas não acreditavam na capacidade dos deficientes, de desenvolver atividades como as pessoas consideradas normais. Assim, elas não tinham muita convicção de que essa fase de serviço iria realmente funcionar. Era necessário, porém, fazer com que os deficientes fossem preparados para a vida em sociedade, podendo não só conviver com as outras pessoas, mas trabalhar normalmente como qualquer pessoa. Foi preciso o passar do tempo para que as pessoas pudessem notar que os deficientes são normais, que eles também podem fazer quaisquer outras atividades.

De tal sorte que essas instituições passaram a ter um outro papel para com os deficientes, no que antes eram dadas apenas as necessidades básicas de

sobrevivência, agora eles já tinham o apoio institucional para que estas passassem a ser locais de preparação para a vida em sociedade.

Já na terceira fase, a sua característica principal é a inclusão social, sendo na qual é conhecida como o paradigma do suporte. Esta fase ocorre no final do século XX, por volta dos anos 1970 e perdura até os dias atuais.

Implica numa mudança de posicionamento social, pois é a sociedade quem deve fornecer os serviços que o deficiente necessita para ter acesso aos bens culturais, sociais, ou seja, as escolas devem modificar-se para que os deficientes possam acessar seu currículo, os logradouros públicos devem sofrer reformas para que qualquer pessoa possa ter acesso a vias e bens públicos (rampas, elevadores, guias rebaixadas, banheiros adequados, portas largas, pisos com sinalização para deficientes visuais, orelhões para surdos, ônibus adaptados, enfim uma série de alterações que vemos em vias públicas), além das modificações necessárias nas concepções humanas, com o intuito de acabarem as atitudes preconceituosas. (ROMERO, SOUZA. 2008. p.5)

Como visto, essa fase é onde são adequadas as escolas para as crianças/jovens com turmas especiais, que faz com que estes tenham a educação necessária, e não seja mais vista como pessoas incapazes e que também fazem parte da sociedade, sendo portanto, dever da sociedade promover locais de trabalho e educação de qualidade.

É nessa fase que os deficientes passam a ter contato com outras pessoas na escola, podendo haver troca dos diversos tipos de conhecimentos existentes, dos modos de aprender, possuindo direitos de frequentar as escolas, de conviver em sociedade, devendo existir uma inclusão.

Para isso, as instituições precisam estar adequadas, de acordo com as deficiências. Não é apenas nas escolas que essa adequação deve ocorrer, mas em todos os locais públicos ou privados, para que assim, eles possam frequentar todos os locais.

A história nos mostra que a concepção de deficiência vem evoluindo ao longo dos anos, de acordo com o período e fases, vem sucessivamente superando preconceitos. O tempo mostrou que a sociedade evoluiu nesse interim, e que as pessoas com deficiências podem se relacionar com outras pessoas normalmente, frequentar escolas e lugares públicos.

## 2.1 Abordagens Conceituais Sobre Educação Especial

Para falar sobre a educação especial, precisamos entender também alguns conceitos sobre o assunto. Iniciemos, pois falando sobre o que é considerado uma pessoa com deficiência, que segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que no seu art. 2º afirma:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art. 2º.)

As pessoas com deficiência sentem-se isoladas, discriminadas por serem consideradas diferentes em consequência de sua deficiência, por isso a aceitação, seja na sociedade ou na escola, é muito difícil, pois os ditos “normais” geralmente não se sentem à vontade para trabalhar em dupla com o estudante que tem deficiência. Sá et all (2013), argumenta contra desse raciocínio, afirmando que:

“A construção moderna no conceito de normalidade provocou a discriminação e exclusão dos corpos deficientes, a partir do parâmetro “corpo na média”, o ideal normalizador permeia os mais diversos contextos sociais, seja através da ciência e/ou instituições sociais, configurando-se até os dias de hoje como padrão regulador de inserção aceitabilidade social para os sujeitos que tendem os requisitos mínimos e ou de rejeição ou indiferença social para os desviantes.” (SÁ, et all. 2013 p.18629)

Geralmente as pessoas com deficiência- PcD são vistas como pessoas que não tem capacidade para executar tarefas, viver em sociedade ou mesmo estarem inseridos na escola. São vistos como incapazes, por estar com um segundo professor para lhes auxiliar na aula, para elaborar materiais diferenciados para o aprendizado dos mesmos.

“Esse olhar de negação e exclusão os faz vítimas de um sistema que os entende como dependentes, portanto cidadãos passivos, já que não podem aprender como normais, produzir como os normais, e viver de acordo com uma média normalizadora que salvaguarda os interesses de uma elite que estabilizou o que é “ser normal”, provoca uma relação de opressão Eu-Outro.” (SÁ, et all. 2013 p.12)

Os alunos com algum tipo de deficiência precisam de uma educação de qualidade, para que não se sintam excluídos no ambiente escolar e que tenham



todos os direitos concretizados e garantidos. Para mudar a concepção contrária é preciso reiterar e intensificar as reivindicações políticas, mesmo que por meio de lutas. Segundo Ferrari e Meneguetti (2017, p.1) “a luta tem sido por meio de uma ação política, cultura, social e pedagógica na defesa de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando sem qualquer ato de discriminação aos que apresentam alguma dificuldade”. Entendemos aqui que os estudantes devem estar nas escolas frequentando as mesmas turmas para que haja uma interação e troca de conhecimentos.

Mas, para tanto, a escola precisa dar o suporte necessário ao estudante incluso, precisando estar acessível, de acordo com cada necessidade específica. Assim como afirma Ferrari, Meneguetti (2017, p. 5), “a escola precisa entender que a partir do momento em que recebe uma criança com deficiência, todos, do porteiro ao diretor, têm de participar do processo de inclusão”

É importante que as PcD frequentem a escola desde quando crianças, para que elas consigam um melhor desenvolvimento intelectual, fazendo com que haja uma maior interação entre as demais pessoas, diminuindo assim o preconceito e aumentando a inclusão.

“Nesse contexto de tomada de consciência da importância da educação inclusiva, é importante salientar que a mesma vem-se tornando uma realidade cada dia mais desafiadora para o sistema de ensino, pois o direito à educação não se resume participação e aprendizagem, ao longo da vida. Além disso, é fundamental compreender que, para uma escola obter bons resultados com essas crianças, ela deverá partir do pressuposto de que todas podem aprender e fazer parte da vida escolar e social” (KUPAS, SOARES. 2012. p.126)

As diversidades existentes na escola devem ser valorizadas, devendo, portanto, esta, reconhecer as diferenças existentes e fazer com que os alunos com deficiência se sintam parte dela e incluídas no mesmo. Contudo, esta questão vai além de questões estruturais ou de prepara dos professores. No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, deve conter a inclusão dos alunos, para que estes sejam contemplados e que suas necessidades sejam atendidas.

A trajetória e luta pela deficiência iniciou-se há tempo (1854 foi criado o instituto dos cegos), e, neste sentido, podemos perceber uma mudança no sentido

evolutivo do pensamento por parte da sociedade, como bem nos lembram os autores a seguir:

“[...]o primeiro marco da educação especial ocorreu no período imperial. Em 1854, Dom Pedro II, influenciado pelo ministro do Império Couto Ferraz, admirado com o trabalho do jovem cego José Álvares de Azevedo que educou com sucesso a filha do médico da família imperial, Dr. Sigaud, criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1891 a escola passou a se chamar Benjamin Constant-IBC” (ROMERO E SOUZA, 2008. p.5)

Além do instituto para os cegos, dois anos depois foi criada a instituição para pessoas surdos-mudos, por Dom Pedro II.

“E m 1857, Dom Pedro II também criou o Instituto Imperial dos Surdos-mudos. A criação desta escola deve-se a Ernesto Huet que veio da França para o Brasil com os planos de fundar uma escola para surdos-mudos. Em 1957 a escola passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES. Ainda no período imperial, em 1874, iniciou-se o tratamento de deficientes mentais no hospital psiquiátrico da Bahia (hoje hospital Juliano Moreira)” (ROMERO, SOUZA, 2008. p.5)

Com o passar dos anos foram sendo criadas outras instituições para cuidar das pessoas com deficiência. Conforme Romero e Souza (2008), “por volta de 1930 surgiram várias instituições para cuidar da deficiência mental, em número bem superior ao das instituições voltadas para as outras deficiências”.

Após conseguir a inclusão desses alunos em escolas, tendo seu direito de frequentar garantido, a psicologia passa a ser uma ferramenta para ajudar a atender essas crianças com deficiência. Segundo Romero e Souza (2008), “para que essa educação se tornasse viável era necessário um professor que fosse capaz de perceber e atuar nas necessidades afetivas e de descobrir interesses e habilidades dos alunos, ou seja, um professor-psicólogo.”

Veremos na citação abaixo o porquê do surgimento da psicologia nas escolas:

“[...] surgia a necessidade de escolarização entre a população, a sociedade passa a conceber o deficiente como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais – deveria, portanto, estudar em locais separados e, só seriam aceitos na sociedade aqueles que conseguissem agir o mais próximo da normalidade possível, sendo capazes de exercer as mesmas funções. Marca este momento o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o surgimento das instituições privadas e das classes especiais.” (ROMERO, SOUZA. 2008. p. 7)

Dessa forma, a psicologia passa a ter uma função essencial no processo de inclusão dos deficientes, auxiliando e fazendo com que ocorresse a inclusão, e desse modo a relação social. E essa relação entre os estudantes é benéfica tanto para os deficientes quanto para os “normais”, pois promove troca de experiências e incita a convivência com a diferença, colaborando como consequência para que o deficiente tenha um maior desenvolvimento.

“[...] a rede regular começou a matricular os deficientes nas classes comuns e iniciou-se uma série de discussões sobre o assunto. Alguns defendem a proposta, pois reconhecem que a convivência entre “normais” e “deficientes” será benéfica para ambos, uma vez que a integração permitirá aos “normais” aprender a conviver com as diferenças e aos “deficientes” será oferecida maior oportunidade de desenvolvimento devido o estímulo e modelo oferecido pelos alunos “normais”.” (ROMERO, SOUZA.2008 p.8)

Contudo, sempre há controvérsia na questão e eis que surgem intelectuais contrários a esse modelo de inclusão alegando a falta de preparo profissional e estrutura adequada nas escolas. Segundo Romero e Souza (2008), “outros se posicionam contra, pois veem que a escola regular não possui nenhum recurso (físico ou humano) para atender uma clientela tão diversa.”

É importante salientar que, mesmo por trás dessa celeuma, existem normas que definem o papel das unidades de ensino no processo de inclusão das PcD. As escolas devem atender a estes estudantes de forma igual (e não equitativa – que na nossa visão seria o ideal), sem exclusão para que todos os consigam aprender da maneira igual, mas sem esquecer das especificidades.

A sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE, que trataremos mais a diante, é muito importante nessa função para auxiliar o estudante. É neste ambiente que o aluno vai ser incentivado, quando for necessário.

“[...] a Educação Especial, na ótica inclusiva e na Constituição Federal de 1988, deve ser entendida como atendimento educacional especializado e estar disponível em todos os níveis de ensino. Esse atendimento é complementar e necessariamente diferente do ensino escolar. Destina-se a atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência apresentam, naturalmente, para relacionar-se com o ambiente externo, como por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade para pessoas cegas; soroban; ajudas técnicas, incluindo informática; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologia assistiva; educação física especializada; enriquecimento e

aprofundamento curricular; atividades da vida autônoma e social.” (MANTOAN, 2004. p.4)

Ou seja, essas salas vão estar em todas as escolas, tanto no ensino básico, médio ou superior, com o propósito de atender o deficiente, torna-lo mais autônomo, fazendo com que ele consiga desenvolver as funções psicomotoras, se for o caso, tanto dentro como fora da sala de aula. O direito a sala de AEE, portanto, está garantido na constituição, e assim também interagir com outros estudantes, conforme previsto nos artigos da LDBEN.

“O direito ao atendimento educacional especializado está igualmente previsto nos artigos 58, 59 e 60 da Lei 9394/96 – LDBEN, que, para não ferir a Constituição, ao usar o termo Educação Especial deve fazê-lo, segundo sua nova interpretação, baseada no que a Constituição inovou ao prever o atendimento educacional especializado e não mais a Educação Especial, como constava das legislações anteriores” (MANTOAN, 2004. p.5)

O fato é que para além do que preconiza a legislação brasileira sobre a temática, as PcD não nos passam despercebidas, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. É preciso considerar as especificidades dos estudantes para que consigam encontrar maneiras de fazer com que ele se torne parte escola, tornando-se assim incluso ao ambiente escolar, não o excluindo do cotidiano escolar. Segundo Mantoan, (2004), “A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno, diante dos padrões de cientificidade do saber escolar.”

## **2.2 Conceitos básicos sobre os tipos de deficiências encontrados no *locus* da pesquisa**

Após termos discorrido um pouco sobre a evolução histórica da deficiência, buscaremos nos próximos parágrafos esclarecer, mesmo que de forma simples, os principais conceitos sobre os diferentes tipos de deficiências com os quais nos deparamos no decorrer da pesquisa.

Iniciaremos falando sobre o que é o a deficiência mental. Segundo Brasil (2017), esta deficiência é entendida como:

“Ela manifesta-se antes dos 18 anos e caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, com limitações associadas a duas ou mais áreas de conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade.” (BRASIL, 2017.p.1)

Dentro dessa linha, existem vários níveis para esta deficiência, classificada a seguir:

“LEVE: As pessoas com esse nível de deficiência podem desenvolver habilidades escolares e profissionais. Chegando, inclusive a prover a sua manutenção, muito embora necessitem, algumas vezes, de ajuda e orientação em situações sociais diferentes daquelas a que estão acostumados.

MODERADO: O indivíduo com deficiência mental moderada tem capacidade insuficiente de desenvolvimento social. Mas poderá manter-se economicamente através de programas supervisionados de trabalho.

SEVERO: As pessoas portadoras de deficiência mental de nível severo, apresentam pouco desenvolvimento motor e mínimo desenvolvimento de linguagem. Poderão contribuir apenas parcialmente para sua subsistência, em ambientes controlados.

PROFUNDO: As pessoas com a deficiência nesse nível têm um retardo intenso e a capacidade sensorial motora mínima. Mesmo, com suas dificuldades há possibilidades de adquirirem hábitos de cuidados pessoais, através de programas de " condicionamento operante" (BRASIL, 2017.p.1)

Podemos notar assim os vários níveis da deficiência mental, na qual cada um ocorre de uma maneira e graus diferentes no indivíduo.

Além desta deficiência vale destacar também o autismo, que também está presente na escola.

“O Autismo é uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave por toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Acomete cerca de vinte entre cada dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum entre meninos do que meninas. É encontrado em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu até agora provar nenhuma causa psicológica no meio ambiente destas crianças que possa causar a doença. Os sintomas são causados por disfunções físicas do cérebro, verificados pela anamnese ou presentes no exame ou entrevista com o indivíduo.” (BRASIL, 2017.p.7)

O autismo, como visto, não tem cura e é diagnosticado bem cedo, quando o deficiente ainda é criança, sendo mais comum em meninos.

Além da deficiência mental e do autismo, nos deparamos também com a deficiência auditiva.

“Perda total ou parcial da capacidade de ouvir. A perda da audição pode ser dividida em perda do tipo neuro - sensitivo e perda do tipo condutivo. O tipo

condutivo do defeito permite, em geral, tratamento médico ou cirúrgico. O indivíduo com esse tipo de perda usa muito bem, na maioria dos casos, o aparelho de surdez e apresenta problemas de reabilitação relativamente simples. Já a pessoa como tipo neuro sensorial de perda da audição apresenta maior número de problemas para sua perfeita reabilitação. Esse tipo de perda pode ser congênito ou de etiologia adquirida. Se o indivíduo adquiriu boa linguagem antes da doença de que resultou a perda neuro - sensorial da audição, provavelmente será otimamente reabilitada. Se a perda é de origem congênita e grave, não podemos esperar fala e linguagem normais, mas podemos prever comunicação efetiva como resultado de medidas máximas para sua reabilitação.” (BRASIL, 2017.p.7)

Como podemos perceber existe a deficiência auditiva, que pode ser diminuída ou conviver com ela normalmente, com o auxílio do aparelho de surdez ou por meio de cirurgias. Mas também tem as perdas.

O terceiro tipo de deficiência encontrada é a deficiência visual.

“A deficiência visual engloba tanto a cegueira como a baixa visão. Portanto apresenta-se nesse trabalho a definição de ambos os níveis de deficiência visual:

CEGOS: Apresentam perda total ou parcial da visão em tal grau que necessitem de métodos Braille como meio de leitura e escrita ou de outros métodos e recursos para auxiliá-los.” (BRASIL, 2017.p.8)

A deficiência visual, por sua vez, está dividida em duas partes sendo ela definida como pessoas cegas (aquelas que não tem nenhuma parte da visão), no qual para ler e escrever utilizam do Braille. E também os parcialmente cegos que são aqueles que conseguem enxergar alguma coisa. Ainda segundo o autor:

“PARCIALMENTE CEGOS: Embora com distúrbios de visão, possuem resíduos visuais em tal grau que lhes permitam ler textos impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação. Pessoas com visão parcial foram definidas como tendo” ... acuidade visual de 20170 ou menos no olho melhor depois da correção possível e que possam usar a vista como principal meio de aprendizado.” (BRASIL. 2017.p.8)

O quarto tipo de deficiência encontrada é a motora.

“Refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida.

A pessoa com deficiência motora é incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas e apresenta defeitos físicos com alterações ortopédicas ou neurológicas, necessitando de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação. Ela resente-se de uma variedade de condições neuro - sensoriais que a afeta em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala,

como decorrência de lesões nervosas, neuromusculares e osteoarticulares, ou ainda, de má-formação congênita ou adquirida. Dependendo do caso, as pessoas que tem problemas de locomoção conseguem movimentar-se com a ajuda de prótese, cadeira de rodas ou de outros aparelhos auxiliares. Ao desenvolver determinadas habilidades, essas pessoas podem ter condições de ir de um lugar para outro, manipular objetos, trabalhar, ser autônomas e independentes.” (BRASIL, 2017. p.9)

A pessoa que com deficiência motora necessita do auxílio de uma cadeira de rodas para poder se locomover, sendo variável de acordo com o nível de deficiência de cada deficiente.

Outra deficiência presente é a deficiência física.

“Pessoa Portadora de Deficiência Física é aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, parapesia, monoplegia, monoparesia, teraplegia, tetraparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.” (BRASIL, 2017.p.10)

A paralisia cerebral também compõe esse grupo de deficiência sendo que pode ser uma má formação: “A Paralisia Cerebral é o resultado de uma lesão ou mau desenvolvimento ordenado. Isto resultará, essencialmente, numa posterior alteração.” (BRASIL, 2017. P. 11)”

Dentre a paralisia cerebral existem algumas classificações.

“Diplegia: Quadro no qual as pernas são mais gravemente afetadas que os braços.  
 Quadriplegia: Os membros superiores e o tronco são mais afetados que os membros inferiores.  
 Hemiplegia: Somente um dos lados do corpo é comprometido.  
 Monoplegia: Somente um braço ou, às vezes, somente uma perna ficam lesionadas.  
 Triplegia: Comprometem três membros.” (BRASIL, 2017.p.11)

No decorrer de nossa pesquisa podemos observar que somente a hemiplegia atinge alunos do quadro da escola. De tal forma que é importante conhecer sobre a paralisia cerebral para poder entender de onde vem a hemiplegia.

## 2.3 Sala de recursos Multifuncionais

As salas de recursos multifuncionais são aquelas onde são realizadas o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência. Esta sala deve ser um ambiente adequado, com os materiais didáticos para cada especificidade da escola, com acessibilidade e com os equipamentos específicos para cada deficiência. Na sala existente na escola tem alguns materiais que podem ser utilizados para melhorar o aprendizado desses estudantes.

Os materiais deverão auxiliar o professor na preparação de sua aula, fazendo com que ele aprenda o conteúdo que está sendo trabalhado de maneira correta, pois é assim que ele irá compreender, de acordo com a sua necessidade.

Os professores que podem ficar na sala de Atendimento Educacional Especializado, são aqueles formados em Pedagogia ou com algum curso na área de educação especial. É ele quem também vai orientar o professor no que pode ser feito de atividades e métodos para passar o conteúdo para alunos com deficiência. De acordo com Kupas e Soares (2012 p. 136), o professor do AEE tem a função de avaliar a sua atuação junto ao aluno e a atuação do mesmo, nas atividades escolares. Ele observa a funcionalidade e registra os avanços do estudante em relação ao uso dos recursos e das estratégias.

Nas escolas precisam ter os AEE que atendam também no contra turno, pois havendo a necessidade de algum apoio, com materiais, os professores podem recorrer a este espaço.

“Portanto, todos os alunos público alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular.”  
(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010. p.6)

As escolas precisam ter o AEE, para que possa atender os estudantes que necessitam de um atendimento especializado, que atenda toda a demanda da escola para que consiga ter uma boa inclusão, assegurando assim a permanência desses estudantes. Precisam ter professores com formação na área, assim como a participação da família e da comunidade.

Faz-se necessário essas salas e que tenha o material necessário para se trabalhar com cada tipo de deficiência, assim esses materiais estariam ao alcance de todos (professores e estudantes).



Como a inclusão desses estudantes é um direito, a escola deve estar de acordo com as especificidades dos estudantes, atendendo toda a demanda necessária para a inclusão dos mesmos, para que ele se sinta parte dela, de forma que é imprescindível uma sala de recursos multifuncionais completa para o atendimento a esses alunos.

## 2.4 Legislação - Um Quadro Histórico da Evolução da Legislação Brasileira

Como mencionamos anteriormente (na introdução) levantar um quadro do arcabouço legal que rege essa temática é de fundamental importância, pois todo o processo de inclusão e de garantia de direitos não seria possível sem o avanço deste aspecto.

Em tese, o conteúdo principal das fundamentações jurídicas para a inclusão, foi garantir aos deficientes, plenas condições sociais e econômicas para a educação especial que ao longo dos anos acabou por reconhecer que a inclusão neste processo era fundamental para a certificação completa da socialização e diminuição do preconceito.

No quadro abaixo iremos observar as leis, portarias e decretos sobre a educação especial em nosso país desde o ano de 1961 até o ano de 2014.

**Quadro 1: Leis decretos ou portarias da deficiência**

Ano	Lei, decreto portaria	Descrição
1961	Lei nº 4.024/61	Aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.
1971	Lei nº 5.692/71	Aponta o direito dos “excepcionais” a educação nas escolas.
1990	Lei nº 8.069/90	“Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”
1996	Lei nº 9.394/96	Preconiza que o ensino deve assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.
1999	Lei nº 7.853/89	Define a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidade de ensino
2001	Lei nº 10.172/2001	O avanço que poderia ocorrer seria uma construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana.
2001	Decreto nº3.956/2001	As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais

		pessoas.
2002	Lei nº 10.436/02	Libras como meio legal de comunicação e expressão
2002	Portaria nº 2.678/02	Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino
2004	Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00,	Estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
2005	Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002,	Garante o acesso à escola a estudantes surdos, sobre inclusão de libras, instrutor e interprete de libras.
2007	Decreto nº 6.094/2007	Garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento aos estudantes com deficiência.
2009	Decreto Executivo nº 6949/2009	Estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino.
2010	Decreto nº 7084/2010	Ministério da Educação adotará mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes e professores.
2014	Lei nº 13.005/2014, inciso III, parágrafo 1º, do artigo 8º.	Determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam o atendimento as necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Fonte: Elaborado a partir de MEC/SECADI (2010, p.2)

Com esse quadro podemos analisar a evolução dos direitos conquistados, para iniciar o quadro nos mostra a Lei N° 4.024 de 1.961, na qual as pessoas com deficiência eram chamadas de excepcionais, o que nos dias atuais já não se é mais usado esse nome para falar de uma pessoas com deficiência.

A seguir o quadro traz a Lei N° 5.692 (1971), sendo na qual nos traz que os deficientes (físico ou mental), que estão em atraso na sua idade de matrícula deveram frequentar o tratamento especial. Nota-se que nesse tempo ainda não se era falado sobre a inclusão do aluno na escola.

Já em 1988, com a Constituição Federal as crianças eram obrigadas a frequentar a escola, e também era o estado quem deveria oferecer aos estudantes o atendimento educacional especializado, pois a educação passa a ser um direito de todas as pessoas.

No ano de 1989 com a Lei N° 7.853, obriga a implementação de escolas especiais, tendo também a oferta da Educação especial em locais que sejam públicos. Todos os direitos que os outros estudantes já tinham, as pessoas com deficiência passam a ter como também ter o material escolar, a merenda, que são itens básicos que devem ser oferecidos pela escola.

Depois dessa maior oferta aos estudantes, oferecendo para eles um maior alicerce, foi criada a Lei N° 8.069 (1990), na qual é conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, na qual ela garante o atendimento educacional especializado para crianças e jovens portadores de deficiência que fazem parte da rede regular de ensino.

Devemos destacar também a Lei N° 9.394 de 1996, sendo ela que nos mostra a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, que nos traz que haverá na escola serviços de apoio, e também fala sobre a formação desses professores, dos seus métodos utilizados, e as técnicas para que possa atender a todas as necessidades dessas pessoas.

No ano de 1999 com o Decreto N° 3.298, consolidaria a integração de pessoas com deficiência, na qual está deve estar frequentando o ensino regular.

Dois anos após o Decreto, em 2001 a Lei N° 10.172 refere-se no que diz sobre a Educação Especial ser uma modalidade da educação da escola, sendo que ela deve estar presente em todas as escolas, pois assim existe a garantia de vaga e permanência do estudante com deficiência na escola.

Contudo, ainda em 2001 a Resolução CNE/CEB N° 2, refere-se que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, mas fica a dever da escola conseguir articular também o atendimento educacional especializado, assim como uma educação que seja de qualidade para todos os estudantes matriculados na escola.

Na Resolução de 2002 N° 1/2002, na qual traz uma educação voltada para os estudantes com deficiência na qual vai existir uma formação específica que vai ser focada nas especificidades dos estudantes.

Ainda em 2002, tiveram o reconhecimento da língua de libras, que é um grande avanço não apenas para pessoas surda muda, mas para todos os deficientes.

Essas conquistas foram almejadas por muitos anos, e hoje podemos concluir que hoje, apesar das particularidades de cada caso, houve um avanço histórico em cada fundamento jurídico aplicado na norma geral. O fundamento dos legisladores, além de efeito pedagógico direto, possibilita que a sociedade inclua em sua vida útil, pessoas que podem sim ajudar na transformação de uma comunidade, evoluir de

forma positiva e ter sua parcela de contribuição para o desenvolvimento, méritos conquistados através de grandes avanços na legislação.

## 2.5 Avanços das Políticas Públicas

Atualmente precisamos reconhecer que a sociedade não é composta apenas por pessoas que são consideradas normais, mas também por pessoas que tem algum tipo de deficiência. Se as pessoas são diferentes então elas terão formas diferentes para conseguir fazer a mesma coisa, as PcD vão utilizar de recursos que são necessários para desenvolverem determinado exercício, como é no caso da escola.

Para Diniz, Medeiros e Barbosa (2010), “por ser um grupo com características particulares, as pessoas com deficiência merecem, por uma questão de justiça, política social também diferenciada.”

Na constituição federal estão respaldados alguns direitos dos deficientes, como por exemplo o direito a uma educação com qualidade. Ele garante não apenas a permanência em escolas de ensino fundamental e ensino médio, mas também no ensino superior.

[...], nossa atual Constituição institui como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I), acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V). (MANTOAN, 2004. p.4)

A escola não pode deixar de atender nenhum estudante com deficiência, pois todos tem o seu direito, independente da raça, sexo ou cor, conforme afirma a Constituição Federal.

“Ao garantir a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos e, em assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não excluindo nenhum aluno em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência”. (MANTOAN, 2004. p.4)

Ou seja, todo e qualquer estudante tem direito a estar na escola, frequentando regularmente o ensino independentemente se ela traz consigo alguma deficiência. Cabe ressaltar também que os estudantes devem ser matriculados nas escolas, e neste ambiente deve conter o Atendimento Educacional Especializado, que serve como um apoio aos estudantes com deficiência, conforme a citação abaixo:

“O Decreto nº 6571/2008, incorporado pelo Decreto nº 7611/2011, institui a política pública de financiamento no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, estabelecendo o duplo cômputo das matriculas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visando ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas públicos de ensino, este Decreto também define o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da educação especial, além de outras medidas de apoio à inclusão escolar. (MEC. 2010. p.6)

Outro decreto que trata sobre o material didático para os estudantes (Decreto nº7084/2010), afirma que esses materiais devem ser não apenas para os estudantes sem deficiência mais também para aqueles que possuem alguma especificidade, de forma que estes materiais também possam chegar às mão dos professores, para que possam acompanhar o seu conteúdo.

“O Decreto nº7084/2010, ao dispor sobre os programas nacionais de materiais didáticos, estabelece no artigo 28, que o Ministério da Educação adotará mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes da educação especial e professores das escolas de educação básica públicas”. (MEC. 2010. p.6)

Podemos notar que existem muitas leis que aqui foram citadas, cujo objetivo é ajudar as PcD, no que diz respeito a escola, além do direito aos livros didáticos, a estarem incluídas.

“A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista é criada pela Lei nº 12.764/2012. Além de consolidar um conjunto de direitos, esta lei em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula à pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório. (MEC, 2010.p.6)

Os alunos com deficiência têm o direito de frequentar escola na rede regular de ensino, bem como ter todos os seus direitos, mas os desafios presentes para esta educação ainda são substanciais. É necessário, pois, de mais políticas

públicas, leis que de fato torne o processo inclusivo concreto, que dê o apoio preciso para as PcD.

## CAPÍTULO II

### OS DEFICIENTES E O AMBIENTE ESCOLAR

Neste capítulo iremos tratar especificamente sobre a realidade encontrada na escola em análise. Inicialmente faremos uma descrição da estrutura escolar voltada ao atendimento das PcD e em seguida analisaremos esses equipamentos, a atuação dos professores e a relação dos estudantes deficientes com os demais “normais” no âmbito escolar.

#### **3 Descrição da escola com enfoque à parte estrutural**

Segundo o blog da escola<sup>1</sup> em que está sendo desenvolvida esta pesquisa, Escola Municipal de Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski, localizada bairro Barro Preto, no município de Rio Negrinho-SC, ela foi construída no terreno doado pelo Sr. Pedro Stoeberl, tendo suas atividades iniciadas no dia 15/03/1977, com o nome de Escola Pública São Rafael, mas em 15/04/1977 a Lei nº 001/1977 transformou em Grupo Escola Municipal Professora Selma Teixeira Graboski, na qual esse nome é dado em homenagem à Professora Selma, que foi professora por muitos anos no município.

O estabelecimento contava com cinco salas de aula e as atividades eram desenvolvidas por dez professores, uma diretora, uma secretária e duas serventes. Somente em 1991 a escola se transformou em Escola Básica Municipal Professora Selma Teixeira Graboski, quando passou a oferecer o ensino de 1 ao 8º série. E 2003 recebeu uma ampliação adequada para a educação infantil, que no ano de 2010 foi desmembrada, tornando-se assim independente, passando a se chamar Centro Municipal de Educação Infantil Espaço Criança. Novamente em 2010 houve

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://selmateixeira.blogspot.com/p/nossa-historia.html>

outra ampliação no ambiente escolar para que ocorresse um atendimento melhor para a comunidade escolar.

A escola tem 42 anos, os estudantes são provenientes dos bairros, Barro Alegre, São Rafael, Ceramarte, Cruzeiro, Bela Vista, e do Centro. Tem uma banda marcial (Gralha Azul) na qual os próprios estudantes que fazem parte da escola participam, e o pré-requisito para participação são as notas, ou seja, só participam alunos com notas boas, e que estejam disponíveis a participar das apresentações sempre que necessário. Na tabela 1, apresentamos a estrutura da escola.

**Tabela 1- Estrutura da escola e suas respectivas quantidades**

Estrutura	Quantidade
Almoxarifado	1
Auditório	1
Biblioteca	1
Cozinha	1
Casa de auxiliares	1
Depósito	1
Ginásio	1
Sala de aula	22
Sala de atendimento Educacional Especializado- AEE	1
Sala de direção	1
Sala de informática	1
Sala de orientadores	2
Sala dos professores	1
Secretaria	1
Sala de jogos	1

Fonte: AUTORA, 2019

A escola cedeu algumas salas de aula para os estudantes do Centro Municipal de Educação Infantil Espaço Criança.

Para a entrada da escola existem as rampas e também as escadas, para que os estudantes tenham acesso, como mostra a figura 1 e figura 2 abaixo. Na figura 1 ainda podemos perceber a rampa de entrada para o pátio da escola.



Figura 1- Rampa de acesso à escola.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Figura 2- Rampa de acesso para dentro da escola.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Ainda sobre a estrutura da escola, ela tem duas áreas que são de dois pavimentos, no qual em um deles, para conseguir chegar até a referida área, somente com o auxílio da escada, como podemos observar na figura 3.

Figura 3-A imagem mostra a escada para ter acesso ao segundo andar, onde estão outras duas salas de aula



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Como podemos observar, a única maneira para conseguir chegar no segundo andar da escola, onde tem mais duas salas de aula é por meio de escadas, ou seja, alunos com dificuldade de locomoção, não poderão frequentar esta parte da escola. A escola ainda tem outros locais com as rampas de acesso para cadeirantes, como nas salas de aula, para que o aluno possa acessar as outras salas, podendo mudar de sala todos os anos.

A figura 4 abaixo, mostra as salas de aula com as rampas de acesso para pessoas com deficiência motora. Além de ter o acesso para o estudante na sala de aula, esta rampa também dá acesso às salas de informática (figura 5), e sala de AEE (figura 6).

Figura 4-Mostra as rampas de acesso para a sala de aula.



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 5- Mostra a rampa de acesso para a sala de informática.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Figura 6- Esta figura mostra as duas rampas de acesso para a sala de AEE.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Com as imagens das figuras 4, 5 e 6 podemos visualizar que as rampas de acesso para locais que os estudantes frequentam, seja nas salas de aula, do AEE e de informática, são todos os locais adequados para receber cadeirantes.

Além desses locais adaptados com as rampas é necessário também a adaptação do banheiro. A figura 7 abaixo, mostra este espaço, como determina a legislação, identificado e com acesso adequado.



Figura 7-Mostra o banheiro para pessoas com deficiência física.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Conforme mostra a figura anterior, podemos observar que tiveram muitas adaptações na escola ao longo do tempo, com vistas a atender a legislação na questão de acessibilidade para pessoas com dificuldade motora, de forma que os banheiros foram reformados, com portas maiores para que os cadeirantes pudessem acessá-los.

A necessidade de adaptar o ambiente escolar era maior por conta de um aluno cadeirante, e o processo de adequação foi se dando aos poucos com as rampas. Ressaltamos que na escola não tem alunos com outras especificidades para locomoção, então não há necessidade de outro tipo de adaptação.

Mas só as rampas não são capazes de fazer com que o aluno frequente todos os espaços da escola, pois o pátio tem algumas partes mais elevadas, por conta do relevo onde a unidade de ensino foi construída. A figura 8 mostra as imperfeições que estão presentes no pátio da escola, o que dificulta o acesso dos estudantes com deficiências.

Figura 8-Mostra o pátio da escola, na qual aluno cadeirante não consegue passar



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

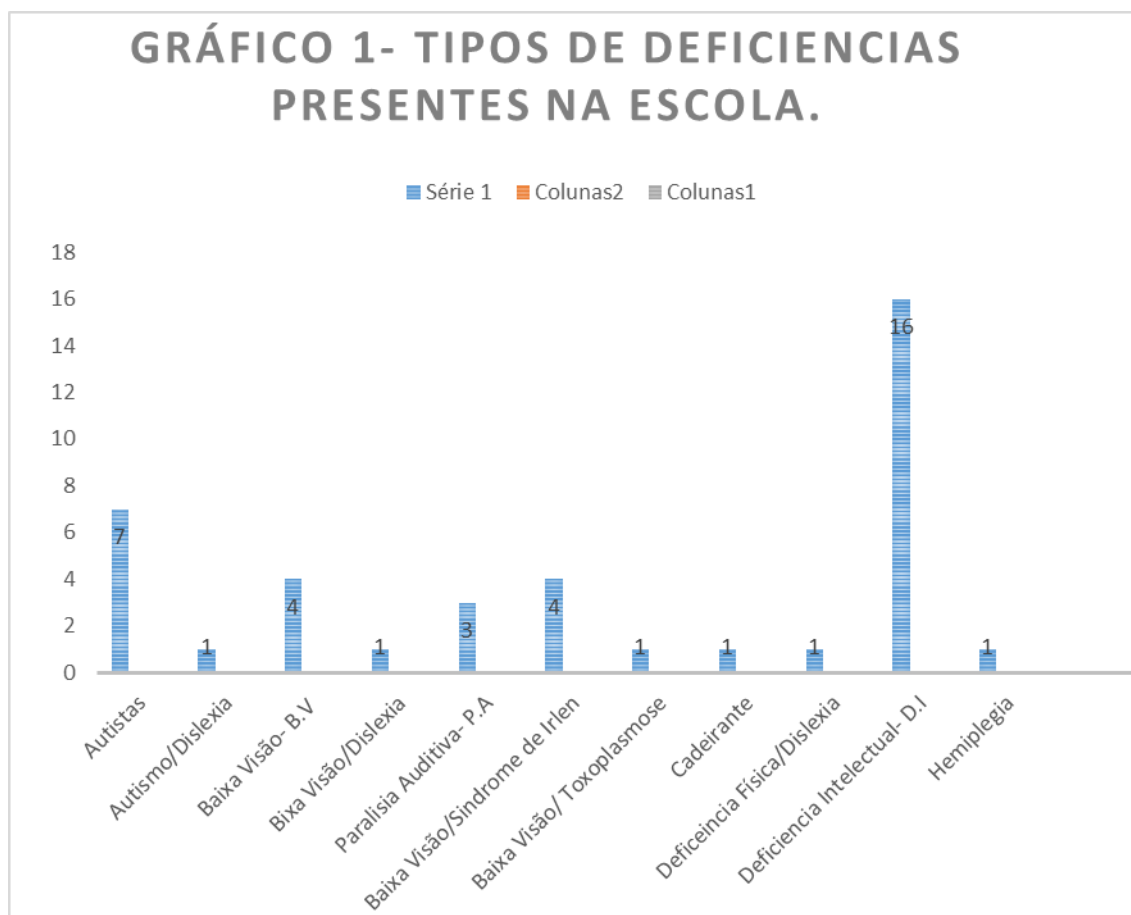
A imagem a cima trata de uma área na qual os estudantes utilizam durante o horário do recreio, ou mesmo antes de iniciar a aula. Na parte de traz da imagem encontra-se o ginásio da escola. Chamamos a atenção para o fato de que fica difícil para o estudante que tem dificuldade de locomoção andar por esse espaço, pois existem alguns buracos.

A parte estrutural da escola, com áreas adequadas para o estudante com deficiência física seriam apenas as rampas de acesso às salas de aula, além dos banheiros, e sala de informática, para que este quesito pudesse dar conta de atender à legislação vigente.

Destacamos que a escola passou por muitas mudanças de reformas e adequações para poder atender melhor o processo de inclusão de aluno com de deficiência física, mas mesmo com tudo isso tem local que os alunos não conseguem frequentar, pois faltam equipamentos de acessibilidade.

### **3.1 Análise da sala de AEE da escola**

Existem na escola cerca de 40 alunos que precisam frequentar a sala de Atendimento Educacional Especializado, sendo que na escola têm alunos com autismo, autismo com dislexia, baixa visão - BV, baixa visão com dislexia, baixa visão com síndrome de Irlen, baixa visão com toxoplasmose, cadeirante, deficiência física-D.F com dislexia, deficiência intelectual-D.I, Hemiplegia e também paralisia auditiva-P. A, que seguem no gráfico 1 abaixo:



Fonte: AUTORA, 2019.

Dentre esses quarenta estudantes que frequentam a sala de AEE, tem dois deles que não são da escola. Essas duas crianças fazem parte de uma outra escola infantil que está frequentando apenas algumas salas da escola, por não ter espaço específico no CMEI de origem (Centro Municipal de Educação Infantil).

De acordo com a gráfico 1, a escola atende vários alunos com diferentes deficiências. Para cada um deles, a escola precisa ter materiais distintos para que consiga trabalhar com todos. A sala de AEE da escola em análise, é uma das primeiras salas de atendimento as crianças com deficiência que foi implantada no município, de forma que ela vai ter muitos materiais diferentes para trabalhar com os

alunos<sup>2</sup>. Além dos materiais físicos, a professora da sala também utiliza computador para fazer atividades com os alunos.

A atividade/avaliação do estudante só é adaptada quando o estudante não consegue ter bom aproveitamento na atividade normal, ou seja, aquela que é passada para todos os estudantes da turma. As professoras estimulam ao máximo os estudantes para que eles consigam desenvolver as atividades propostas, para que eles consigam ter seu desenvolvimento dentro das normalidades.

Cada estudante precisa de materiais diferentes para ser trabalhado, de acordo com cada especificidade. Por isso é importante que nas salas de AEE, tenham diferentes tipos de materiais para que os professores possam ir adaptando os conteúdos, fazendo com que os estudantes se tornem autônomos, desenvolvam atividade satisfatoriamente.

Nas figuras a seguir, mostraremos alguns exemplos de materiais que são utilizados pelas professoras nas salas de AEE.

Na figura abaixo, a criança vai passar a peça dor entre todo o aramado, e isso irá ajudá-la a desenvolver a sua coordenação motora.

Na escola também tem estudantes baixa visão e ela possui um equipamento específico (placa de elevação) que serve de apoio de livro, para facilitar o estudante na leitura. A figura 10 traz um exemplo desse equipamento.

---

<sup>2</sup> O único material que a escola não possui é a impressora em braille, mas ressaltamos que a escola não possui estudante que necessita desse tipo de material



Figura 9- trata de um aramado, utilizado para a coordenação motora dos estudantes.



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 10- Placa de elevação utilizada por estudantes com baixa visão

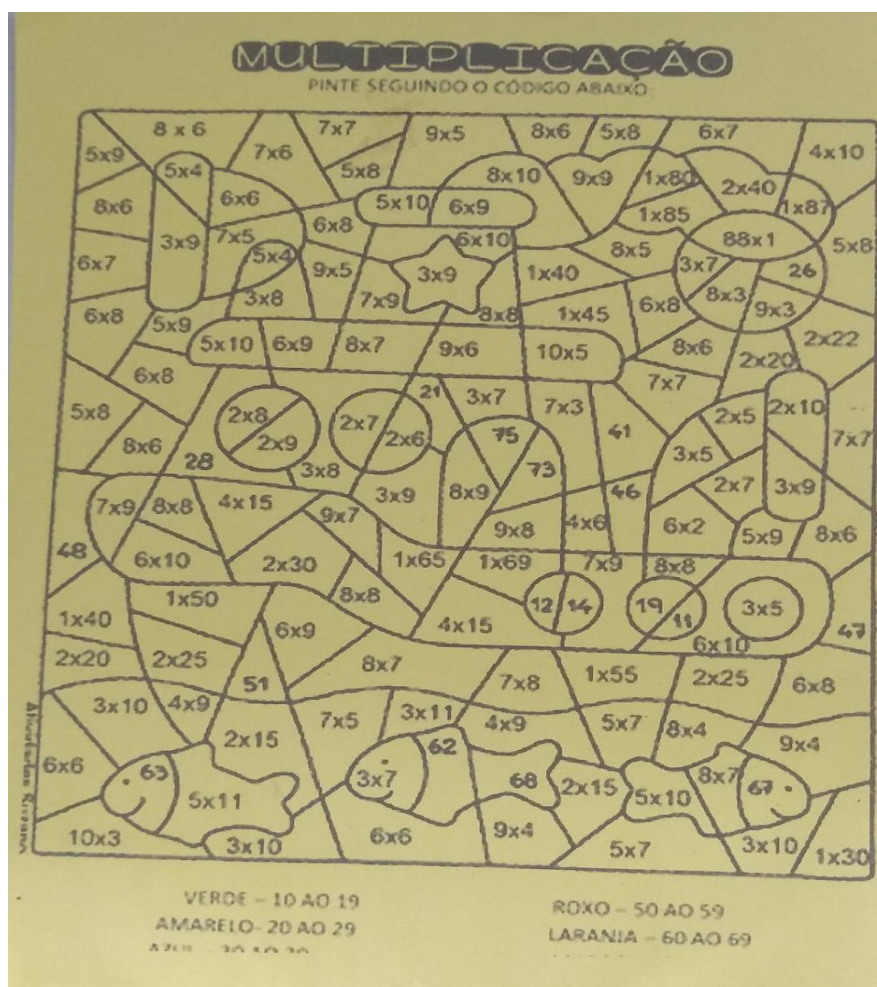


Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Essa placa de elevação é utilizada normalmente por crianças que frequentam até o 5º ano, pois a partir do 6º elas se sentem restringidas e não mais a usam.

Outra deficiência presente na escola é a síndrome de Irlen, e existem materiais específicos para se trabalhar. A figura 11, a seguir, mostra um exemplo. Este equipamento é utilizado para facilitar a visão do estudante. Quando está no papel branco a escrita fica embaralhada, e, segundo alguns estudiosos, a cor amarela é a mais adequada no uso desse processo, por isso se utiliza esta cor, para também fazer as impressões, tanto das atividades, quanto cópias dos livros.

Figura 11- Papel na cor amarela, facilitando a visualização de estudantes que têm a síndrome de Irlen.



Fonte Arquivo pessoal (2019)

Existem alunos que frequentam a escola que vem da área rural. Esses estudantes recebem o mesmo atendimento do demais, e mesmo quando precisam frequentar a sala de AEE, são os seus familiares quem os levam e os buscam, no contra turno.

Os alunos contam também com as segundas professoras<sup>3</sup>, são aqueles que têm as AVDS - Atividade de Vida Diária, sendo elas que irão auxiliá-los na ida ao banheiro, por exemplo, ou passar a cola no caderno, dentre outras atividades. Elas não podem exercer outro papel, por exemplo, cuidar da turma sozinha, nem trabalhar o pedagógico com os estudantes, apenas vai auxiliar nas atividades do cotidiano escolar, ela está especificamente para atender o aluno na locomoção, na alimentação, no acolhimento dos estudantes, e em outras atividades específicas.

Os materiais existentes na sala, principalmente os materiais que são feitos pela própria professora do AEE, são sempre visando a necessidade do aluno, fazendo com que ele ajude a potencializar o estudante a ser mais autônomo na sua vida.

Outro ponto a destacar é que cerca de três desses alunos que frequentam a sala de AEE, são alunos vindos do campo, sendo que a renda da família é oriunda da agricultura, na qual eles vendem esses produtos por meio de feiras que ocorrem na cidade, ou nos mercados do município.

Sobre o transporte escolar os alunos que vem do campo ou vão para a escola de a pé ou vão com condução própria da família, pois o transporte que a família oferece para os alunos é para eles serem levados até outra escola que tem uma demanda maior de alunos do campo.

A forma de como os alunos da área rural são tratadas não existe nenhuma distinção de como os alunos vindos do meio urbano, são todos tratados de forma igual dentro do ambiente escolar. O que é visível é que existem aquelas “piadinhas”, vindas dos próprios colegas falando, por exemplo, “tinha que ser o rural”, por falar algo errado ou por fazer alguma pergunta que seus colegas julgam como inconvenientes.

Mas quando se trata de aluno com deficiência que vem de área rural, isso muda, pois os estudantes não ficam tirando saro da PcD, por morar no campo, e a escola também busca ao máximo fazer com que todos os estudantes se tratem com respeito, mas ainda assim existem esses preconceitos em formas de piada.

---

<sup>3</sup> O segundo professor contribui com o rendimento de toda a turma devido ao fato de que auxilia na organização de atividades abertas e diversificadas com possibilidades em diferentes níveis para que os estudantes possam agregar o conhecimento necessário, ajustando este processo ao seu nível de aprendizagem. (FERREIRA, MENEGHETTI, 2017, p.11)

Na visão da escola esse preconceito não existe, ou não é tão grande comparado a outros problemas. Porém a escola sempre busca conversar com os estudantes sobre todos os assuntos, para tentar ajudar de algum modo o estudante, que passa por algo constrangedor.

### **3.2 As diferentes relações existentes na escola**

De acordo com a LEI N° 17.143, de 15 de maio de 2017, que garante ao estudante com deficiência, o direito a um segundo professor, devendo este ser da área de educação especial, e vai trabalhar com o professor na sala de aula. Para que haja um melhor desempenho do estudante é preciso que ocorra essa interação entre professores e estudante, para um melhor desenvolvimento dele, dando-lhe mais autonomia no seu cotidiano escolar.

Os professores precisam estar em sintonia, fazendo com que o segundo professor auxilie o estudante caso haja a necessidade, para que ele consiga fazer a sua atividade. O segundo professor vai trabalhar com o professor da sala visando atender a necessidade do aluno.

Os professores precisam saber como trabalhar com as diferentes deficiências existentes no ambiente escolar, além deles, a comunidade também precisa estar inserida no processo. É importante a participação de um segundo professor desde o planejamento até a execução de todas as atividades em classe ou fora dela.

O segundo professor auxilia, não somente o aluno, mas também toda a classe, pois além do professor de sala, os estudantes podem recorrer ao segundo professor como forma ajuda, mesmo para ter uma explicação sobre o conteúdo.

Já o professor que fica na sala de AEE vai ajudar o professor de sala, mostrando materiais que podem ser utilizados no processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência.

O professor que lida com este alunado diariamente vai fazer com que se sinta incluso, através da interação com os outros estudantes. Já o professor do AEE vai fazer o reconhecimento desse estudante, preparando materiais específicos. Os dois

juntos vão ajudar ao aluno com deficiência no seu cotidiano escolar, tentando fazer com que ele seja cada vez mais independente.

Nas observações feitas na escola podemos notar a relação carinhosa, respeito e amigável entre professores, segundo professores e os alunos com deficiência, eles têm uma relação de cuidado com o estudante. Destacamos, no entanto, a função de cada profissional nesse relacionamento. O professor de sala, com as suas, anteriormente descritas, o segundo professor, igualmente.

Outra relação presente na escola que observamos foi a relação entre os familiares dos alunos com a escola. É uma relação com total comprometimento entre todas as partes, nos quais os pais estão sempre presentes procurando saber como está a vida escolar do seu filho. Os pais dos estudantes com deficiência conversam com a professora da sala, de AEE, com bastante frequência, para saber do desenvolvimento de seu filho.

Todas essas pessoas tem uma grande relação uns com os outros. Notamos que estão sempre preocupados com o bem estar da criança.

## 4 Considerações Finais

Como podemos analisar ao decorrer do TCC, ele tratou inicialmente de questões mais baseadas em autores, no qual eles deram uma estrutura mais teórica sobre o assunto, falando um pouco sobre a história da deficiência, ajudando também com leis, decretos, políticas públicas sobre o mesmo. E também alguns conceitos sobre as deficiências existentes no ambiente escolar.

Para que no próximo capítulo pudéssemos colocar as observações feitas na escola, tanto na parte da estrutura quanto na parte da sala de Atendimento Educacional Especializado. E para finalizar o trabalho foi escrito sobre as relações existentes na escola (professor, aluno, segundo professor e família), para que pudéssemos ter uma visão geral do papel de cada um dentro da escola. E também foi feito sobre os alunos do campo que estão presentes na escola, falando um pouco sobre a realidade desses indivíduos, e os preconceitos existentes para com eles.

Referente aos objetivos propostos pelo trabalho, sendo no qual o objetivo geral era analisar a utilização dos equipamentos de acessibilidade aos estudantes disponíveis na Escola Municipal de Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski, no qual quase todos os locais da escola estavam com rampas, e portas próprias para que o estudante pudesse andar pela escola sem maiores problemas, mas ainda falta adaptar a escola em outros locais como no pátio que o estudante cadeirante não frequenta pois tem alguns buracos no caminho.

Nos objetivos específicos que eram: analisar a estrutura existente na escola na perspectiva da acessibilidade; observar, descrevendo sumariamente, quais os materiais presentes na sala de Atendimento Educacional Especializado; buscar entender como esses equipamentos potencializam a vida do estudante, foram feitos ao decorrer do capítulo II, na qual esses instrumentos potencializam a vida do estudante fazendo com que ele se torne mais autônomo em sua vida tanto escolar quanto em sociedade (dentro e fora da escola). Os professores buscam ao máximo o esforço do estudante, fazendo com que ele se esforce no seu máximo para conseguir fazer determinada atividade.

Dentre essas perguntas existe outra questão a ser respondida: “de que forma os equipamentos de acessibilidade podem potencializar no processo de inclusão dos estudantes com deficiência, na Escola Municipal de Educação Básica Professora

Selma Teixeira Graboski?”. Todos os equipamentos que são feitos pela professora de AEE, é pensado para melhor atender a especificidade do aluno, tentando sempre ajudar esse aluno a se tornar mais autônomo, e isso está acontecendo; pois o aluno que é cadeirante, por exemplo, quando chegou na escola ele não conseguia segurar nada, mas a partir dos equipamentos existentes na sala ele consegue segurar as coisas, e até mesmo mexer no *mouse* que antes não conseguia. E até mesmo as rampas de acesso, que fazem com que o aluno possa andar por mais partes da escola e não ficar restrito apenas a uma parte, isso faz com que ocorra uma maior inclusão dentro da escola.

O espaço da sala do AEE é de grande importância para todos na escola, pois ela com os materiais presentes neste ambiente vai ajudando o aluno a ter mais autonomia e também um melhor desempenho no ambiente escola e em toda a sua vida fora dela também. Os segundos professores que ficam com esses alunos também têm um papel de extrema importância, pois eles não ajudam apenas o seu aluno mais toda a sala, existem essas trocas de conhecimentos entre todos desse ambiente.

E os alunos com deficiência devem estar frequentando as mesmas turmas do que os estudantes ditos normais, para que haja uma troca de conhecimentos, de formas de aprendizagem, pois em muitos casos os alunos ajudam os professores a cuidar das pessoas com deficiência, por isso é tão importante todas essas relações.

## 5 Referências

BRASIL. Decreto nº 3.298 - **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, 1999. Disponível em: <<https://www.andi.org.br/file/51328/download?token=RDL1NJoK>>.

\_\_\_\_\_. Lei Brasileira de Inclusão, 13.146/2015, art. 2º, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)<acesso em 08/01/2020 às 15:30 h>

CARMINATTI, Luciana LEI Nº 17.143, de 15 de maio de 2017, Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143\\_2017\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143_2017_lei.html), <acesso em 31 de outubro de 2019, às 12:58>

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo, BARBOSA, Lívia. (Orgs) **Deficiência e Igualdade**. 1º. ed. Brasília: Und,2010.

DUTRA, Claudia Pereira; SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos Santos; GUEDES, Martha Tombesi; **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**; 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192). Acesso em: 11 de novembro de 2019 às 07h:45min

FERRARI, Rosinei Pedrotti. MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob. **O Segundo Professore os Desafios da Inclusão de Crianças Com Deficiencia Em Escola de Ensino Regular**. 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Rosinei-Pedrotti-Ferrari.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2019 às 15h:30min

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Anais do III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva PUC Minas - Ações Inclusivas de Sucesso**. Belo Horizonte. Maio de 2004.

MEC/SECADI, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**,2010.

Ministério Público; **Diferentes Deficiências e seus Conceitos**; Goiânia, 2001.

MIRANDA , Arlete Aparecida Bertoldo. **HISTÓRIA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**. 2008. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>.

POKE, Rosimar Bortolini. Navega. Marcelo Tavella. PETITTO, Sônia. **Acessibilidade na Escola Inclusiva: Tecnologias, Recursos e o Atendimento**



**Educacional Especializado.** São Paulo ,Cultura Acâdemica, 2012. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-v4\\_colecao\\_poker\\_navega\\_petitto\\_2012-pcg.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-v4_colecao_poker_navega_petitto_2012-pcg.pdf)

SÁ, Maria José Ribeiro de; Cortez, Daniela de Souza; Macedo, Silvia Sabrina de Castro de; Wanzeler, Zaline do Carmo dos Santos; **A EXCLUSÃO DO CORPO DEFICIENTE: INTERFACES ENTRE AS REPRESENTAÇÕES DA NORMALIDADE E DEFICIÊNCIA;** Curitiba, 2013.

VEISS, Beatriz M., JANESCH, Michel. **EMEB Professora Selma Teixeira Graboski**, disponível no endereço eletrônico: <http://selmateixeira.blogspot.com/p/nossa-historia.html> <acesso em 29 de novembro de 2019, às 15:45>